

**Possíveis impactos da aplicação da
decadência administrativa (Lei 9.784/1999)
e da Súmula Vinculante STF nº 03 na
atuação do TCU**

Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip

Fevereiro de 2009

COMPETÊNCIA TCU - ATOS DE PESSOAL

Apreciar , para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria reforma e pensão da administração direta e indireta dos três poderes da União.
(CF/88, art. 71, III)

PODER EXECUTIVO – SERVIDORES CIVIS – JANEIRO 2009

	Qtde Serv.	V. MENSAL	V. ANUAL
ATIVO	620.526	R\$ 4 bilhões	R\$ 53 bilhões
INATIVO	427.393	R\$ 1,9 bilhão	R\$24,9 bilhões
TOTAL	1.047.919		R\$ 77,9 bilhões



COMPETÊNCIA TCU - ATOS DE PESSOAL

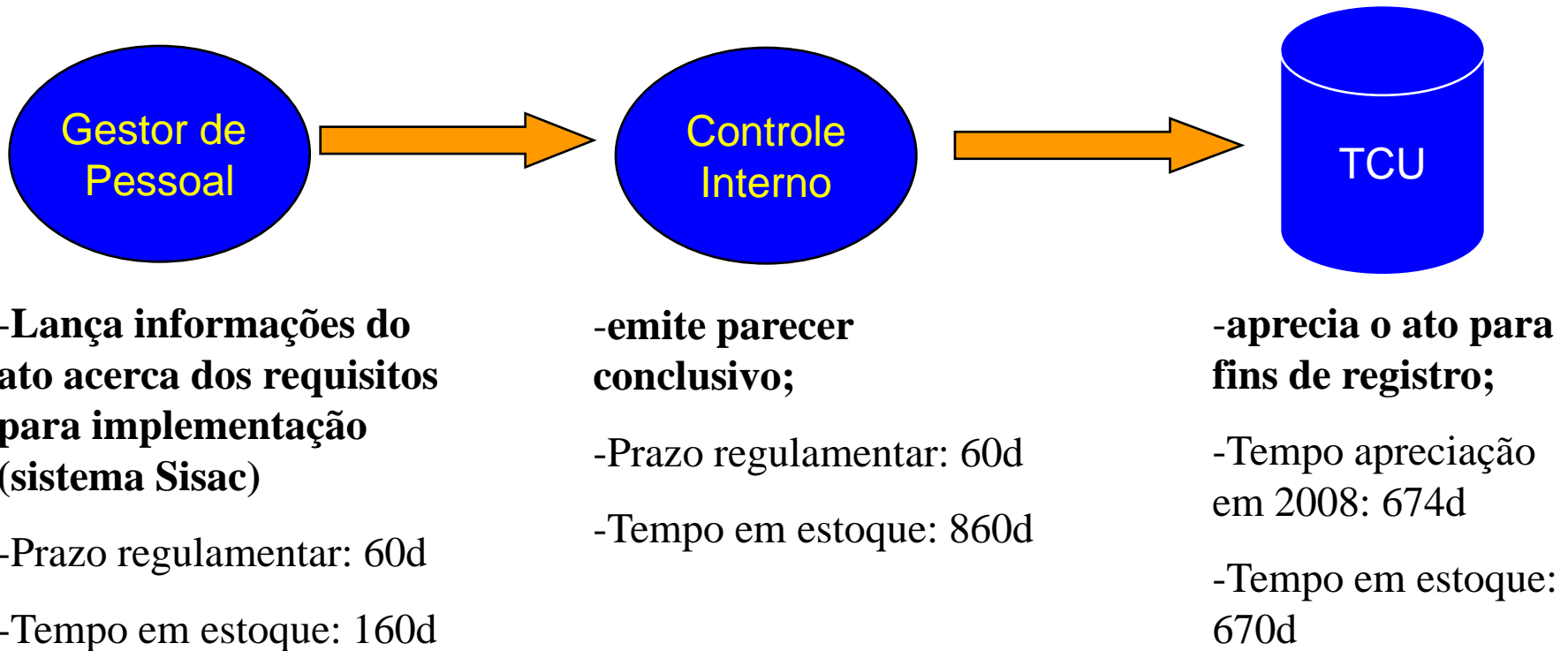
Tipo	2005		2006		2007		2008	
	atuado	apreciado	atuado	apreciado	atuado	apreciado	atuado	apreciado
ADMISSÃO	46.939	66.913	58.779	67.234	72.456	68.343	85.058	82.626
APOSENTADORIA	11.151	8.419	12.271	24.217	13.502	19.715	15.338	18.939
PENSÃO CIVIL	8.012	776	9.575	8.326	10.418	17.915	10.555	11.292
PENSÃO ESPECIAL	3.171	65	2.108	5.768	2.055	2.590	1.194	1.265
PENSÃO MILITAR	3.809	604	4.533	12.517	4.096	5.053	3.639	3.339
REFORMA	4.747	1.800	3.536	7.972	3.442	4.302	4.267	3.912
Total	77.829	78.577	90.802	126.034	105.969	117.918	120.051	121.373

Obs: dos atos apreciados pelo TCU, em média 4% são pela ilegalidade.

COMPETÊNCIA TCU - ATOS DE PESSOAL

- ✓ - Fluxo ordinário médio e anual de entrada de atos de pessoal – 50.000
- ✓ - Fluxo médio de entrada últimos 3 anos: 100.000. Motivo: necessidade de informar no relatório de gestão (contas do órgão) os atos cadastrados no sistema Sisac.
- ✓ - A não informação desses atos pode ter impacto no julgamento das contas do órgão.

ETAPAS DE FORMAÇÃO DOS ATOS



ATOS DE PESSOAL - PERFIL DO ESTOQUE

	Atos 5 anos ou menos vigência	Atos 6 anos ou mais vigência
Gestor Pessoal	17.944	19.704
Controle Interno	121.561	61.844
TCU	65.428	36.761

O TCU e a LEI 9.784/1999

- ✓ - Aplicação do art. 54 pelo TCU => segue entendimentos do STF:
 - ◆ a) entendimento atual: o prazo decadencial de 5 anos deve ser contado a partir do registro do ato – ato complexo (ex. MS 25.552-8-DF, Min Carmen Lúcia);
 - ◆ b) novo delineamento (em julg): o TCU deve exercer o contraditório e a ampla defesa nos atos a serem julgados ilegais após o prazo de 5 anos de sua constituição (MS 25116-DF, Min. Carlos Britto).
- ✓ Fato concreto: o TCU recebe grande quantidade de atos com 5 anos ou mais de vigência.

O TCU e a LEI 9.784/1999

- ✓ Eventuais impactos da aplicação do art. 54, Lei 9.784/99, com o novo possível entendimento do STF:
- ✓ a) dificuldade em julgar pela ilegalidade após 5 anos;
- ✓ b) dificuldade em determinar a suspensão de pagamentos irregulares após 5 anos;
- ✓ c) incentivo ao comportamento adverso: aumento do nº de atos com mais de 5 anos chegando ao TCU;
- ✓ d) mudança da forma de trabalho (TCU, GP e CI);
- ✓ e) possibilidade de aumento do nº de demandas ao STF.

COMPETÊNCIA TCU - FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO

- ✓ - Compete ao TCU fiscalizar os atos de gestão que impliquem na realização de despesa, sob as mais diversas modalidades de fiscalização e sob diferentes enfoques (art. 71, V, CF/88).
- ✓
- ✓ - O TCU fiscaliza a estrutura remuneratória (folha de pagamento) dos diversos órgãos da administração pública federal, por meio de sistemas informatizados.

COMPETÊNCIA TCU - FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO

- ✓ Súmula Vinculante nº 3 – STF
- ✓ Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, **excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.**

COMPETÊNCIA TCU - FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO

✓ QUESTÃO

- ✓ Seria necessário o exercício do contraditório com o beneficiário de valores pagos indevidamente de forma generalizada, decorrentes, por exemplo, de erros de implementação da folha, aplicação inadequada da norma legal ou de entendimentos abrangentes de decisões judiciais, detectados em trabalho de fiscalização?

FOLHA DE PAGAMENTO - EXEMPLOS DE FISCALIZAÇÃO

PROCESSO	DATA	ASSUNTO	BENEF-ANUAL	TOTAL SERVIDORES
013.872/2007-8	22/5/2007	3,17%	193.557.775,45	79.080
015.183/2007-2	4/6/2007	PCCS-MIN-SAÚDE/MTE/FUNASA	291.336.922,37	25.339
017.144/2007-3	15/6/2007	GDATA-GDATEM-GDARA-GESS	75.695.127,82	121.640
022.296/2007-6	22/8/2007	Lei 10.698/2003-R\$59,87	15.752.554,09	111.621
		TOTAL	576.342.379,73	337.680

O TCU e a SV nº 03 do STF

- ✓ Possíveis efeitos decorrentes de interpretação elástica da SV-3 nas atividades do TCU na área de pessoal:
- ✓ - Exercício do contraditório com todos os servidores beneficiários de pagamentos irregulares e não apenas com o gestor de pessoal que praticou o ato (citar por edital? sindicatos?);
- ✓ - Dificuldade em realizar fiscalização nas folhas de pagamento (em 2008 não foi realizado trabalho semelhante);
- ✓ - Incremento da prática de irregularidades pelo gestor, visto a falta de fiscalização pelo TCU;
- ✓ - Possibilidade do aumento do nº de demandas ao STF.



✓ MUITO OBRIGADO.

- ✓ Alessandro Giuberti Laranja
- ✓ E-mail: alessandrogl@tcu.gov.br
- ✓ Tel: 3316-7654

